



QUILOMBOS EM DISPUTA: MEMÓRIAS DAS TRANSFORMAÇÕES DE UM LUGAREJO NO DECURSO DO SÉCULO XX.

André Eitti Ogawa¹

Alessandra Izabel de Carvalho²

INTRODUÇÃO

A emergência da Nova História Cultural no cenário historiográfico brasileiro, no final dos anos 80 do século XX, incidiu de maneira expressiva sobre a produção referente ao estudo do fenômeno urbano. Seguindo os pressupostos de tal perspectiva, propôs-se uma nova forma de abordagem na captação do passado e compreensão da realidade social, partindo das *representações sociais* construídas na e sobre a cidade, tidas como parte constitutiva do que Sandra Pesavento (1995) denominou “passeidade” (o real acontecido), e que nos chegam através de imagens, discursos e práticas sociais elaboradas por seus habitantes. Tais representações qualificam a realidade, no caso, a cidade, a rua, os bairros e seus residentes, atribuindo-lhes uma apreciação valorativa que se constitui vinculada a relações de poder. Por meio delas - dada sua força integradora e coesiva - os indivíduos pautam sua existência e atuação diante da realidade em que vivem. Desta maneira, o historiador vê-se diante de um quadro em que se apresentam diferentes participantes, imbuídos das mais variadas sensibilidades e olhares sobre a cidade:

No tocante a estes “espectadores da urbe”, há de se distinguir entre o que se poderia chamar “cidadão comum” ou “gente sem importância”, que constitui a massa da população cidadina, e os que poderiam ser designados como “leitores especiais da cidade”, representados pelos fotógrafos, poetas, romancistas, cronistas e pintores da cidade. (PESAVENTO, 1995, p.287)

De acordo com esta ótica, cabe então ao historiador captar a cidade através da problematização e análise dos sentidos e significados construídos pelas pessoas que a habitam e que nos chegam como apreensões de um “real acontecido” acerca dela. E foi lançando mão deste referencial que busquei orientar meu olhar sobre uma localidade específica do bairro Itacorubi, em Florianópolis/SC: o Morro do Quilombo.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as memórias construídas pelos moradores do Morro do Quilombo, em Florianópolis/SC, assim como das áreas adjacentes, acerca das transformações urbanas empreendidas na localidade especialmente a partir da segunda metade do século XX. Abarca, ainda, as lutas de representações em torno do processo de ocupação do Morro e de sua configuração sócio-espaial.

1 Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em História, Arte e Cultura, pela UEPG (2012). Email: andre_ogawa@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Professora adjunta do Depto. de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – UEPG.

O interesse pelo local partiu de uma pesquisa realizada no transcorrer de 2009 e 2010 em meu Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Naquela ocasião, o objetivo consistia em investigar os efeitos das transformações urbanas empreendidas majoritariamente a partir da década de 1970 no bairro Itacorubi, através da análise das memórias de seus moradores. Para tanto, foram realizadas 13 entrevistas com moradores do bairro e do Morro do Quilombo, cuja faixa etária variou entre 69 e 84 anos, no período que se estendeu do dia 18 de dezembro de 2009 a 17 de abril de 2010. Dos depoentes, quatro eram residentes do Quilombo, sendo um afro-descendente. Os demais eram moradores da região de planícies, onde se encontrava sediado o antigo núcleo de povoamento do Itacorubi.

Durante as entrevistas, no processo de (re)construção de suas memórias, pude perceber uma recorrência insistente ao Morro do Quilombo, incluído nas fluidas fronteiras que delimitavam este Itacorubi vivido, mas lembrado como um lugar diferenciado - um "lugar de pretos". A apropriação mnemônica afetiva deste (transformado) lugar nos testemunhos pareceu-me pertencer somente a um tempo escoado, passado. Organizando suas representações a partir de suas vivências atuais, emergiram relatos recheados de ressentimentos no que tange a sua atual conformação, marcada pelo estigma da violência social e pelo narcotráfico. Muitos pediram o cessar da gravação da entrevista quando o assunto se iniciava. Instituíram silêncios. Contudo, os rumos tomados no percurso da pesquisa acabaram por não contemplar/problematizar com ênfase todo o potencial que gravitava ao seu redor, constituindo-se (deliberadamente) como uma de suas grandes pendências.

No início do processo de produção do projeto do presente trabalho, percebi a

oportunidade – talvez única – de suprimir tal *contenda* acadêmica e contribuir para a visibilização deste esquecido lugar e de seus moradores, creditando-lhes significação histórica. Saindo a campo, *flanando* pelas ruas e vielas do Quilombo, pude perceber a existência de práticas e espaços que continham uma pluralidade de tempos como chácaras (com suas pequenas lavouras e criações), servidões e construções antigas, persistentes às intempéries ou em ruínas. Contatei espaços que não podiam mais ser sentidos fisicamente, mas existentes num outro tempo, porque narrados pelos moradores antigos, os quais os percorreram no passado e nas memórias que compartilhavam comigo. Socializei com declarados descendentes dos escravos que pioneiramente ali habitaram, narrando experiências de forma valorosa e contemplativa. Vi pobreza e senti a ausência do Estado e de equipamentos urbanos. Em meio a vários devaneios, emergiram questionamentos os quais acabaram por nortear todo o processo de pesquisa: Qual o passado desta localidade? Como e quando se deu o processo de ocupação pioneira? O morro foi um quilombo? Como sucedeu sua ocupação sistematizada? Como seus integrantes perceberam as transformações urbanas ali empreendidas?

Diferente de outras localidades ilhoas, uma revisão historiográfica acerca deste pedaço de chão é praticamente inexistente. A breve descrição sobre o denominado "Saco do Itacorubi ou Saco Grande", realizada pelo escritor desterrense Virgílio Várzea (1863-1941) em fins do século XIX, apesar de se constituir como um dos principais registros acerca do Itacorubi, não faz qualquer referência ao Morro ou à sua ocupação. Vi-me, pois, diante do imperativo de "escovar a história a contrapelo", como bem nos propôs Walter Benjamin, buscando "os cacos, vestígios e vozes daqueles que figuram na história como povo ou massa" (PESAVENTO,

1995, p.288) que, no caso do Quilombo, são representados pelas memórias dos próprios moradores antigos e de suas redondezas.

Tais relatos, advindos de pessoas simples, comuns, deram ensejo de formular uma reflexão que permite remeter a Benjamin e sua proposição de escrita da história. Mais ainda, isto permite um olhar sobre a memória orientado de modo a tratá-la como sendo uma “representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2006, p.94). Constitui-se, portanto, como uma interpretação acerca do passado, sempre feita no presente, influenciada pelas atuais experiências sociais, culturais e políticas do sujeito que rememora. Por isso, jamais devemos tê-la como representação fiel, exata do passado. Como nos infere Thomson (1997, p.57), “que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar) e como damos sentidos a elas, são coisas que mudam com o passar do tempo”, de acordo com a objetivação que as evoca no presente.

Neste quadro pleno das subjetividades, inerentes à memória, o historiador deve explorar “a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade, entre entrevistador e entrevistado” (THOMSON, 1997, p.54), entre memórias individuais e experiências compartilhadas, problematizando seu processo de construção, a natureza e o processo de afloramento das lembranças, estando sempre ciente de que, “a esta altura, muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações, e por este motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade” (PORTELLI, 1997, p.25)

Porquanto, servindo-me destas memórias enquanto representações, procurei per-

ceber um pouco da história deste lugar no que diz respeito aos aspectos relacionados ao seu cotidiano rural e sondar os impactos do processo de modernização. Alicersei minha análise e interpretação sobre estas fontes de acordo com os referenciais teóricos apregoados pelos autores acima. O recorte temporal principal assentou-se sobre a memória dos moradores. Há de se fazer a ressalva, portanto, de que esta se descola inteiramente do tempo cronológico, tendo seu tempo organizado de maneira fragmentada, sendo delineada pelos acontecimentos singulares e marcantes, em que se misturam fantasias e emoções, em um fluxo ininterrupto de reatualização e reelaboração. Ou seja, trata-se de uma história pautada, sobretudo, no tempo da subjetividade.

A modernização do Itacorubi e os efeitos no quilombo

Desde o início do século XX, Florianópolis passou por várias ondas de reformas modernizadoras as quais objetivavam inseri-la em um contexto nacional e internacional de desenvolvimento. Na década de 1960, aos olhos das camadas mais abastadas da sociedade florianopolitana e dos grupos políticos mais influentes, a cidade apresentava um desenvolvimento ainda “acanhado” se comparado ao de outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta ótica, Florianópolis encontrava-se em uma condição de “atraso” a qual deveria ser superada. Perante esta situação, o citado conjunto de pessoas buscou, no campo político, fazer prevalecerem propostas, planos de desenvolvimento e de intervenção nos espaços que contribuíssem para que de uma vez por todas se enterrasse aquela cidade caracterizada como “provinciana” para emergir uma capital moderna, dinâmica, pólo de atração de turistas e investimentos. Ao mesmo tempo desenvolvia, especialmente através dos jornais locais “O Estado”, “Diário

da Tarde” e “A Gazeta”, enunciações acerca da cidade as quais colaboraram para a formação de uma imagem de atraso e ausência de progresso na capital, mas que concomitantemente acabavam por estimular e abrir diante da população a possibilidade de transformação.

O Itacorubi, neste contexto, tornara-se também uma localidade no qual o almejado progresso deveria fincar raízes. No governo Celso Ramos (1961-65) planejou-se instalar em seu território todo o sistema público agrícola do Estado de Santa Catarina. Glauco Olinger, então assessor de agricultura do Plano de Metas do Governo - PLAMEG - e grande idealizador deste projeto, visava, com isso, centralizar todo o aparato agrícola em um mesmo local, uma vez que os agricultores de todo o Estado “tinham muita dificuldade em chegar na capital e procurar órgãos ligados a agricultura, que estavam espalhados pela cidade” (FACCIO, 1997, p. 119). Contudo, durante sua gestão enquanto assessor, somente o Laboratório de Análises de Solos e Minerais e o CETRE transferiram-se, não configurando um quadro significativo de mudanças para a região. O Itacorubi, jocosamente, ainda era caracterizado como uma área “à 3 km da Lagoa e à 10 km da Transamazônica” (OLINGER apud FACCIO, 1997, p. 119). Noutras palavras, a localidade imbuía-se de características fundamentalmente rurais.

A deflagração do chamado “milagre econômico” brasileiro (1969-73), período de grande crescimento econômico nacional, acabou por reverberar em Florianópolis mediante intensa transformação urbana, tendo como ponto culminante, no que diz respeito às obras de infraestrutura, a construção da rodovia SC 401, em direção aos balneários do norte da ilha; da ponte Colombo Salles; o início do aterro das Baías Norte e Sul e a construção e ampliação da Avenida Beira Mar Norte. A receita da prefeitura chegara a valores inestimáveis passan-

do, em 1971, dos onze milhões de cruzeiros. Incrementou-se o movimento centrífugo de desenvolvimento, em direção às regiões mais longínquas do centro da cidade, principalmente rumo ao norte. Para o Itacorubi, de modo geral, isso significou o início da implantação de transformações mais expressivas, contribuindo para a alteração de sua expressão plástica e o próprio ritmo de vida de seus moradores. Intensificou-se o processo de negociação das propriedades rurais para a construção das instituições públicas do Estado e da União, cujos antigos edifícios, cada vez mais eram “julgados inadequados aos novos moldes” (VAZ, 1991 apud DORNELES, 2003, p. 51) de desenvolvimento. No governo Colombo Salles (1970-75) edificou-se o prédio para sediar a Secretaria da Agricultura. Contudo, foram instaladas em seu lugar a ACARESC, EMPASC e a ACARPESC, já que estes eram órgãos mais importantes e mais influentes que a própria Secretaria (OLINGER apud FACCIO, 1997). Ainda na primeira metade da década, a APAE também se transferiu para o Itacorubi.

Durante o governo Konder Reis (1975-79), erigiu-se o prédio do Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em parte do terreno do CETRE; o da TELESC, com recursos federais, e o campus da UDESC. No intuito de possibilitar um melhor acesso às praias do leste, além de fornecer melhores condições para o deslocamento de funcionários e para o próprio processo de instalação do aparato público do Estado³, foi aberta e pavimentada a rodovia SC 404. Em meados da década seguinte, com a transferência da Secretaria da Agricultura e consecutiva conclusão do já citado projeto de concentrar numa mesma área todos os órgãos públicos relacionados à agricultura, desenrolou-se o estabelecimento de residências pelos funcionários das instituições na própria localidade, o que acabou

3 Segundo Faccio (1997, p. 123), havia uma pretensão, no início dos anos 80, de construir no Itacorubi um novo Centro Administrativo do Governo do Estado. Contudo, o projeto “teria sido abandonado, muito provavelmente pela diminuição dos recursos do Estado”.

por implicar em um surto urbanístico sem precedentes. Afinal de contas, era preciso prover esta parcela de pessoas com infraestrutura e equipamentos urbanos. Neste sentido, o empenho das elites e dos grupos políticos voltou-se para o avigoreamento da modernização do lugar, em que se houve a valorização do novo, do emergente, tornando o velho superado e antiquado.

Em conjunto com as drásticas alterações ambientais, principalmente relativas à área de mangue, empreendeu-se no Itacorubi um processo em que a cidade avança sobre o campo, esboçando um quadro no qual se despontam paradoxos. Caminhar por suas ruas passa a ser, então, deparar-se com uma cidade que se espraia, mas que além consigo rugosidades que remetem ao tempo e ao espaço “antigo”, à temporalidades e espacialidades rurais ou de transição do rural para o urbano. São como ilhas e torrões de ruralidade incrustadas ou mescladas às malhas do tecido urbano (LEFEBVRE, 2004) e que persistem mediante práticas e representações de seus antigos moradores. À quem assistiu, participou e vivenciou o contexto de intensas transformações, restam vestígios, marcas que tatuam suas memórias e que podem nos servir de indícios a serem utilizados para a melhor compreensão dos impactos deste processo, desta “reviravolta” para com os moradores e a localidade. E o Morro do Quilombo, como não poderia deixar de ser, não ficou alheio à irresistível onda modernizadora.

Analisando fotos aéreas executadas no Itacorubi nos anos de 1957 e 1977 é possível refletir acerca de como tal processo incidu sobre o local. Na primeira foto, sobressai a presença marcante da vegetação. A ocupação humana se manifesta pelos “clarões” que se avultam no meio da mata. As residências eram íferas, dispostas de forma esparsa e cursavam o caminho principal (atual rua da Represa), do qual partiam inúmeras ramifica-

ções que se entremeavam junto à vegetação. O Quilombo, assim como o Itacorubi como um todo, se distinguia de seu oposto, a *urbe*, situada a alguns quilômetros dali, na região central da cidade. Em 1977, o Itacorubi, ao alto, se pôs a desenhar num plano cartesiano. As ruas em linhas retas, as “quadras”, as residências e as construções de maior porte atestam o processo de urbanização e a formação de um bairro propriamente dito. A ocupação humana se sistematizara. No Quilombo, houve um adensamento populacional significativo, especialmente “ao pé” do morro, nos entornos do acesso principal. A presença humana se expandiu por todo o caminho que se bifurca em direção às áreas mais elevadas, demarcando o estabelecimento de moradores “externos”. Ocorreu também uma grande proliferação de residências em um dos ramais (continuação da atual rua do Quilombo), aberta neste íterim, uma vez que não é possível visualizá-la na primeira foto. No caminho antigo (rua da Represa), a ocupação ainda era tímida em relação ao outro, muito embora se observe um número de residências além das presentes em 1957.

De acordo com os dados encontrados em um relatório de “Perfis de áreas carentes de Florianópolis” (IPUF, 1993), realizado em 1992 e publicado no ano seguinte pelo IPUF, foi verificada a existência de uma “área carente” no Morro do Quilombo, que agrupava todas as residências principalmente “situadas no início da rua [do Quilombo]”. Conforme consta no documento, tal área teria começado a “ser ocupada em 1976”. Segundo Manoel da Silva, antigo morador do Morro, na década de 1970, existia ali um terreno da prefeitura que a COMCAP utilizava para “retirar pedra”. Neste período, a companhia era responsável pela cobrança de taxas de melhorias e de pavimentação à Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de desenvolver programas de pavimentação comunitária. Depois que grande parte das

“pedras” foi retirada, o terreno ficou ocioso, abrindo precedente para o início de ocupações irregulares. “O pessoal invadiu tudo e fez casa, no terreno da COMCAP. Do pé de jaca que tem ali até lá pra cima. (...) Quando o Andrino (1986-88) foi prefeito, quis tirar, não deu pra tirar” (SILVA, 2010a), alega Manoel.

Cruzando as análises, é possível depreender que o processo de modernização do Itacorubi influenciou o Morro do Quilombo mediante a modificação de sua expressão plástica, com o soerguimento de novas residências. Além disso, sua população passou a experimentar a vinda de novos moradores. A valorização dos solos recaiu sobre todo o Itacorubi, mas no morro as condições mantiveram-se praticamente imóveis. “Aquele terreno ali embaixo era do meu pai. Trocou por uma carrocinha de cavalo. Um cavalo e uma carrocinha. Pra ver só o terreno daqui como não tinha valor” (SILVA, 2010a), lembra-se seu Manoel. Pessoas de menor poder aquisitivo passaram a se interessar em instalar suas famílias no local. O usufruto de equipamentos urbanos e a pavimentação das ruas restringiram-se a outras áreas do Itacorubi. Tal processo marcou a vida de todos os sujeitos da localidade, modificando suas realidades, suas vivências e sociabilidades, orientando o processo de construção de suas representações.

Descortinando o Quilombo

Um bairro em franca expansão imobiliária e que abriga uma grande quantidade de repartições públicas em suas mediações propicia aos passantes poucas cenas aprazíveis. São casas, prédios, condomínios, estabelecimentos comerciais, canteiros de obras e vias rápidas: um mundo de concreto e asfalto. Nas calçadas, pessoas *en passant*. Estudantes, moradores, vendedores, pescadores ou comerciantes. A cidade se espria sem muitos limites. Andando por suas ruas, experi-

mentamos solidão em meio à multidão. Um sentimento de liberdade cerceada, oprimida, vigiada (SIMMEL, 2005).

Contudo, a partir de agora, lançaremos um olhar mais refinado sobre o Morro do Quilombo, um olhar que se assemelha ao daquele que anda a rebuscar objetos pelos monturos da cidade.

Para se chegar ao nosso destino, indubitavelmente teremos que adentrar a “estrada velha” do Itacorubi. Observaremos, guarnecendo as ruas desta apertada rodovia, construções mais antigas, servidões estreitas, sem calçamento e sem saída, cujos nomes se referem a pessoas aparentemente desconhecidas. Um rápido trocar de palavras com um “local” ou um velho passante será o bastante para descobrirmos que estes nomes dizem respeito aos seus avós, seus pais e tios.

Em uma de suas diversas travessas, haverá uma rua de singular nome: Quilombo. Desviando o olhar das obras e prédios que “brotam” em suas cercanias, avistaremos um morro de proporções avantajadas, cujos cumes preservam a mata nativa. Percebemos que, no emaranhado de casas *empoleiradas*, encontrar-se-ão umas de alvenaria e outras montadas com madeira, costeando a mata, disputando espaço com as torres de transmissão que partem do Centro em direção à Lagoa da Conceição. Exerceremos o sentido da vista sobre os diacríticos das pessoas que por ali transitarem, os quais indicarão serem integrantes das camadas subalternas da sociedade. Ficaremos reflexivos quando, ao mesmo tempo, carros e motos importadas subirem altivas em direção às suntuosas casas no alto ou ao pé do morro. Estaremos diante de uma “cidade clandestina” (cf. PEREIRA, 2010): na direção ao topo e nas adjacências da “Colina da Feiticeira” proliferam-se habitações irregulares que, no enredado de fios dos postes da CELESC, buscam nutrir-se de eletricidade. Em meio a escombros e lixo depositados nas proximida-

des da Centenária Jaqueira, presenciaremos cachoeiras que se embrenham nas matas e entre as casas. Mangueiras escuras e sujas de barro sugam delas a água que diariamente hidrata, lava e alimenta membros de muitos lares. Atrás da casa da líder comunitária Wilma Vieira, observaremos as pedras onde as antigas lavadeiras batiam roupas de sua gente e de “gente da cidade”. Poderemos nos prover de toda uma atmosfera bucólica presente nas reentrâncias do morro: pequenas chácaras, “protegidas” por cercas de arame, em que animais como porcos e galinhas circulam livremente pelas hortas e pomares. Ficaremos roupas a velejar em rústicos varais; curiós e sabiás dependurados nas varandas; velhas bicicletas carregadas de tarrafas ou enxadas. Espreitaremos velhos trabalhando suas terras. Estaremos diante do Morro do Quilombo.

A apresentação e descrição do Quilombo ao leitor se finda aqui. Buscamos observá-lo de um ângulo para além da *cidade-panorama* de Certeau (2008, p.171), “simulacro teórico (ou seja, visual), [...] um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”; reflexionando sobre seus praticantes, pessoas ordinárias, “cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo”. Não obstante, o constante diálogo com o passado fomenta nossa curiosidade. Dissipemo-la interrogando e analisando as memórias dos antigos.

Identidade e disputa no processo de ocupação do Morro

Identidade, conforme postula Pollak (1992), pode ser entendida como um conjunto múltiplo de imagens, sentimentos, práticas e discursos concernentes à idéia de pertencimento, continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo, construído

a partir de referenciais fixados em um “outro”, mas que se encontra assentado em critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade em relação a si e ao próprio grupo ao qual julga pertencer.

Dentro destas fronteiras invisíveis e fluidas, a memória construída individual e coletivamente, a forma como o grupo social de pertença viveu e se organizou no passado, se tornam objetos de disputa na manutenção da unidade e coesão do grupo. Segundo indica Santos et al. (2009, p.114), as identidades são permeadas por relações de poder e representações, submetidas a um constante processo de reconstrução.

Indo ao encontro dos pressupostos acima elencados, Montenegro (2008, p.203) pontua que o indivíduo que narra uma história por meio de um relato oral de memória, “mesmo que não queira, está construindo e, de certa maneira instituindo uma identidade, uma imagem que poderá se tornar pública, por meio das palavras”, e a forma de instituí-lo se torna alvo de diferentes estratégias, dependendo do contexto em que o depoente se encontra inserido.

Acerca do processo de ocupação do Morro do Quilombo, a literatura é praticamente inexistente. Reportando-se a este processo em uma matéria de jornal (MARTINS, 2002b), José Bonifácio da Silva nos legou:

Houve um tempo na Enseada de Brito, município de Palhoça, em que os negros, escravos ou não, estavam sendo capturados e levados para outros lugares. A embarcação atracava num trapiche que havia na praia, permanecendo alguns dias. À noite, seus tripulantes caíam na cantoria, atraindo esses negros, notoriamente amantes da música. Quando eles se aproximavam na direção do barco, era acionado um alçapão que os aprisionava, sendo então levados embora [...] Essa ameaça de serem levados para outro país fez com que muitos fugissem e se estabelecessem nessa parte do Morro. (MARTINS, 2002b)

Como podemos notar, o depoimento de José sugere que a localidade fora precursoro-

ramente ocupada por “negros”, alguns deles escravos, fomentando a idéia de sua constituição no passado como um quilombo, um local de resistência e refúgio de cativos. Descendente direto de um deles – Félix da Silva, seu avô – José nos transmite uma memória construída de modo a conferir aos seus antepassados protagonismo histórico, procurando cristalizar, de certa forma, determinadas experiências, opiniões, pensamentos e sonhos. Ao depor a um jornalista ligado a um meio de comunicação em massa, nosso *narrador* cria uma representação positivada acerca de sua gente [notoriamente amantes da música] e, apesar de desenhar o cenário opressor a que estavam submetidos, subjetiva a condição de suas experiências, não as qualificando.

Seguindo na mesma linha, Manoel da Silva, irmão mais velho de José, narra:

[Aqui] só tinha mais ou menos preto. Até por sinal, botaram o nome de Quilombo porque ali, lá naquela rua que vai pra represa [Ana D’Avila], tem um pé de jaca, e ali morava só preto, e foi da escravidão. Aí que botaram esse nome de Quilombo. [Eram] escravos. Eles estavam fugidos aqui e botaram o nome de Quilombo. (SILVA, 2010a)

Apesar de menos eloqüente, o relato de memória de Manoel também denota o início da ocupação do morro por escravos fugitivos. São histórias passadas de pais para filhos, transmitidas através da oralidade e ressignificadas de acordo com suas atuais experiências, em consonância com as circunstâncias pelas quais são estimulados a lembrar. A utilização da adjetivação “mais ou menos preto”, a qual abranda a presença negra no lugar e a designação espacial específica do seu estabelecimento – perto do pé de jaca – parecem sugerir a existência concomitante de outros sujeitos, pertencentes a grupos étnico-sociais distintos, mas moradores próximos. Manoel, ao organizar suas representações acerca do passado do Quilombo, mistura experiências

temporalmente distintas. As vivências recentes, o acontecido que se apresenta ou apresentou diante de seus sentidos – como a vinda maciça de moradores de outras regiões e localidades – atuam no processo de rememoração, deslocando os significados que traz como lembrança, interagindo-os com sua atual experiência. (MONTENEGRO, 2008, p.195).

Certas literaturas e documentos oficiais corroboram com os relatos de memória dos irmãos Silva. Piazza (1999), por exemplo, atesta a existência de quilombos em Santa Catarina na primeira metade do século XIX, referenciando sua presença nas freguesias da Lagoa da Conceição, Santo Antônio, Canasvieiras, Rio Vermelho e Rio Tavares. Apesar de não fazer qualquer menção à freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro – a qual o Itacorubi fazia parte – por fim o autor cita a Enseada de Brito, ponto fulcral na tradição transmitida pelos Silva. Por meio de dados obtidos em um “recenseamento” realizado por Paulo José Miguel de Brito (PIAZZA, 1975) em 1810, Piazza referendou, a fim de alimentar suas inferências, a presença de 387 pessoas sob a condição de cativos naquela região. Na parte final de sua análise acerca daquilo que nomeia de processo de “aquilombamento” em Santa Catarina, o citado autor redige: “Foram estas, as notícias mais positivas que se tem de quilombos em Santa Catarina. Outros devem ter existido e devem, também, ter provocado uma boa trabalhadeira dos homens da Lei” (PIAZZA, 1975, p.121). A fim de ilustrar sua alegação e, talvez, incitar leitores-pesquisadores, Piazza apresenta, na íntegra, um documento da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro (PIAZZA, 1975), datado de 1750/1753. Sinteticamente, o documento versa a respeito das responsabilidades e gratificações dos chamados “capitães do mato”, pessoas nomeadas pelo Estado a fim de perseguir e recapturar escravos fugidos, amotinados em quilombos ou aqueles “que de outras terras venhão a estas evitan-

do com essa diligência as mortes e roubos e perturbações semelhantes costumam fazer”. Em um de seus fragmentos, se apuram regiões nas quais poderiam ser encontradas tais pessoas, seguidas das eventuais recompensas. “Por cada escravo rebeyrinho que apanharem desde o *Saco de Tracuby* (grifo meu) até o Rio Prejuhahé, pelo morro da vila, I\$280”. Piazza, ao ressaltar a possibilidade de existência de outros quilombos, nos põem à presença de um documento oficial no qual as autoridades se mostram preocupadas com extensões de terra que abrangem o Itacorubi. Ora, se lhe faltaram subterfúgios para incrementar a proposição de constituição e consolidação de um quilombo em determinada área da localidade, não nos faltam para inferir que ali viveram, transitaram ou pelo menos estiveram presentes escravos desertores.

As representações construídas e socializadas acerca da “passeidade”, como bem nos advertiu Pesavento (1995), são múltiplas e se diversificam de acordo com as experiências vividas pelos sujeitos em contato social. A respeito do processo de ocupação do Quilombo, isso não é diferente. Depois de deixar o Exército, em meados da década de 1940, seu Ari Pereira voltou para a casa de sua família em Biguaçu/SC. Depois de uma desavença com seu pai, resolveu se mudar para o Morro do Quilombo, onde um amigo dos tempos de Exército residia. Rosemiro, “um mulatinho que servia junto comigo”, lembra. Segundo ele,

Quando eu vim pra cá, que saí do Exército, eu conheci isso aqui, era de cinco pretos. Isso aqui antigamente era dos escravos. O senhor deles chamava Zézinho de Lacerda. Aí vendeu o terreno pro Hercílio Luz. Aí ia embora pro Rio de Janeiro. Então deu uma parte do meio pra cá, onde o governo não quis, deu pros preto. Ali morava um, o Januário, debaixo do pé de Jaca. Ele morava debaixo, ainda ele botava uma cadeira e ficava debaixo da árvore. E contava história pra nós... (PEREIRA, 2010)

As reminiscências (re)construídas a cada

nova experiência de seu Ari tiveram como princípio as histórias contadas pelos descendentes dos escravos que ali habitaram. Ao ouvi-las, Ari empreendeu um processo incessante de ressignificação, deslocando seu olhar retrospectivo e recompondo novas imagens acerca da passeidade. Ao enunciá-las, uma nova seleção: O que dizer? Como dizer? Omitir? O que? Como podemos observar, Ari também coloca em evidência a origem “escrava” da localidade, muito embora não evoque referências a “fuga” ou a “escravos fugidos”. Sequer cita a constituição do lugar como possível remanescente de um quilombo. A baliza identitária étnica que guia a enunciação dos Silva, definitivamente não o motiva. O êxito de um povo anteriormente enfatizado é substituído pela idéia de sua inércia e passividade. Afinal de contas, eram escravos sim, mas havia um senhor! Um senhor cordial: “onde o governo não quis, deu pros preto”.

Por outro lado, muito embora seu relato tangencie tempos múltiplos, Ari é enfático ao enunciar acerca da constituição étnica do passado do lugar. Assim como Manoel, testemunhou a vinda maciça de novos moradores no transcorrer da segunda metade do XX. Contudo, Ari experimentou o processo de maneira diferente. Aliás, foi um de seus participantes diretos. Por não descender dos “pioneiros”, por ser um dos que chegaram depois, por não ser afro-descendente: em seu discurso, o Quilombo “era de cinco pretos”. Não há, como em Manoel, a suavização da presença de negros no lugar, pelo contrário, sua leitura tende a uniformizar sua formação étnica. Para quem já estava contextualizado, as discontinuidades foram intensamente percebidas, sentidas, vividas. Imprimiram, pois, marcas profundas nas memórias. Memórias que se reelaboraram, se readequaram e se ajustaram as novas circunstâncias. Experiências que foram sim compartilhadas, mas tecidas

de maneiras diversas.

Cenas de uma vida campestre

A região do Morro era ocupada de maneira esparsa e rarefeita, se comparada com a região de planícies, onde se estabelecia o pequeno núcleo de povoamento do Itacorubi. “Aqui, a gente contava, lá de baixo, da entrada até aqui, a gente contava 4, 5 casas. Quase não tinha casa. Eram poucas” (SILVA, 2010b), lembra Manoel da Silva. Estas, em sua maioria, eram feitas de sopapo ou estuque. Seu Valdir Francelino, lembrando acerca de como eram as casas no Itacorubi, nos dá uma dimensão de como eram construídas:

Então faziam os paus assim (em pé) e depois botavam de atravessado os bambus e duas pessoas, uma do lado de lá e outra do lado de cá, faziam uma massa, colocavam. Cavavam o barro, socavam com os pés, amassavam com os pés, carregava e os dois barreavam. Um do lado de lá e outro de cá. E raspavam a pedra, depois rebocavam. Ficava uma casa igualzinha as de material hoje. (SILVA, 2010b)

Para protegê-las do rigor das variações climáticas, tapavam-nas com palhas de palmito ou telhas arcadas - “aquela telha chata que fazia de barro, numa fôrma de madeira, (...) Botava o barro ali e deixava no sol. Secava, secava” (PEREIRA, 2010). Seu interior normalmente não era caracterizado por divisórias ou cômodos. As necessidades fisiológicas eram feitas em latrinas, construídas em suas mediações. O banho era realizado tanto dentro quanto fora de casa, certamente dependendo da estação do ano que se atravessava. Lembra seu Manoel:

Meu pai cortava uma madeira que chamava garapuvu, grosso assim. Aí o pai derrubava, cortava um pedaço e fazia uma gamela pra gente tomar banho. Tipo uma canoazinha pequenininha. Agente esquentava água, botava ali e tomava banho ali fora, sentado. Podia até botar dentro de casa. Cabia dentro de casa. Esquentava a água numa chaleira e botava ali pra gente tomar banho. (SILVA,

2010b)

Motivado a rememorar sobre suas vivências no local, Manoel narra uma experiência de maneira positiva, afetiva e saudosa. Remete a um tempo distante, o de sua infância ou juventude, em que se vem à tona a imagem de seu pai como sujeito-provedor. Na organização de suas reminiscências, há uma relação estabelecida entre um bom momento vivido e a figura paterna.

As casas se dispunham em porções de terra relativamente grandes que, nas memórias de nossos *narradores* apareceram com a denominação de “chácaras”. Na maioria delas havia pomares e hortas, providas de angá, cabeluda, bergamota, limão, jabuticaba, banana, para citar as principais frutas. Entre as mais importantes culturas de verduras e legumes estavam a cebola verde, alface, cenoura, couve flor, batata doce, aipim e o milho. As criações de animais também foram lembradas, sobretudo as de galinha, porcos e, em menor proporção, as de bovinos. Tais gêneros advindos da terra, assim como os animais, estavam voltados à própria subsistência de seus produtores e detentores. Na carência de uns, trocava-se por outros, na própria localidade ou com sujeitos passantes. Seu Ari, no entanto, lembrou-se de um tempo em que passaram a ser comercializados os excedentes: “Numa época tinha carreta de cavalo, chegava sexta-feira, carregava de mercadoria, batata doce, aipim, abóbora que sobrava, e botava. Ia lá no Mercado Público vender. No Mercado tinha os compradores” (PEREIRA, 2010). Nosso depoente situa pontualmente onde os compradores estavam. Na afirmação de um, nega-se a ocorrência no “outro”: ali, na localidade, tais produtos não tinham valor comercial, mas de troca e consumo.

Duas variedades foram citadas como importantes e significativas para a economia das famílias do morro. Uma delas foi o café. “Esse Quilombo dava café” (PEREIRA, 2010), “Neste Quilombo aqui, era só *café*-

zeiro” (SILVA, 2010b), lembram-se com entusiasmo Ari e Manoel. A lavoura cafeeira, assim como ocorria nas partes mais planas do Itacorubi, constituiu-se como o carro-chefe da economia local. Apesar do terreno íngreme e escarpado, tal cultura parece ter encontrado no morro as condições ideais para o seu pleno desenvolvimento. Virgílio Várzea nos dá uma dimensão de como eram os cafezais:

A plantação do café nas freguesias e arraiais da ilha fez-se até certa época com maior irregularidade, como de resto se procedia com a da mandioca, da cana, do milho, etc; e só de algum tempo pra cá se começou a utilizar o sistema adotado desde muito em São Paulo, Rio e Minas, dando um alinhamento a essas culturas e fazendo com que os cafeeiros, ao serem plantados, fiquem a conveniente distância uns dos outros, de modo a se não entrelaçarem pelas ramagens, como soia acontecer outrora, o que tanto prejudicava a produção. (...) A uberdade do solo catarinense, em geral, é tão considerável que o cafeeiro, ao contrario do que se observa nos três estados citados, onde é sempre de pequenas proporções, atinge ali grande tamanho, semelhante quase arvores. (VÁRZEA, 1984, p.225)

Os pés de fruta mais altos, como os de laranja, bergamota e angá, eram plantados entre as fileiras de café, para fornecer-lhes sombra. “O café tinha que ter planta nele (...) Nascia um pau e deixava pra fazer sombra. Porque o café tinha que ter sombra”, lembrou Ari Pereira (2010). Era o café do tipo “sombreado”, muito comum no interior da ilha de Santa Catarina.

No período de safras, os maiores produtores contratavam, em caráter temporário, pessoas para trabalharem na colheita do café. Na memória de seu Ari Pereira estas eram, em sua maioria, mulheres:

Tinha às vezes, 8 ou 10 mulheres pra trabalhar, pra apanhar café. Quando faltava, ia lá na Lagoa da Conceição buscar mais pra apa-

nhar. Quando chegava o tempo de *tiração* de café isso aí era divertido, as mulheres faziam uma cantarola pra cima e pra baixo. Eu pagava 2 mil réis pra tirar um saco de café. Dava o saco ali medido ganhava 2 mil réis. (PEREIRA, 2010)

Em época de colheita, muitas pessoas realizavam este tipo de trabalho provisório. Analisando este excerto da fala de seu Ari, é possível depreendermos que a preferência à mão de obra feminina deveu-se ao fato tanto desta ser mais barata, quanto de sua oferta ser maior. Maurísia da Costa nos dá uma idéia de como se desenrolava a atividade:

Nós éramos pobres, acordávamos cedo e íamos para o cafezal. Havia uma competição entre as apanhadeiras, para ver quem fazia arquê⁴ primeiro. Depois íamos conferir a quantidade, dava briga entre as apanhadeiras. Era assim. O seu Chico baixava um galho bem alto, amarrava no outro pé, e todo mundo ia apanhar aquele galho bem carregado. A gente corria a mão pelas varetas de café e derrubava os grãos. De julho a agosto nós apanhávamos o café. Nos éramos meninas novas de 8 a 9 anos. Trabalhávamos o dia todo, almoçávamos e só voltávamos à tardinha... Era legal. (FREIRE, 2003)

A idade e afirmação de seu status social são indicativos de que se tratavam de pessoas provenientes das camadas mais pobres da sociedade rural e que, portanto, necessitavam realizar este tipo de trabalho para sobreviver. Ao designá-lo como uma divertida atividade (era legal), nota-se o processo de reelaboração de uma representação, em que se misturam emoções e fantasias na tentativa de se superar a memória de uma infância difícil e marcada por trabalho pesado.

Havia o produtor que secasse os grãos de café em seus terreiros e depois os ensacava, o que lhe garantia um melhor preço no mercado, assim como havia quem ensacasasse o café “mole”, o que faltava secar. Os produtores cuja tiragem no período de safras era

4 Arquê, referente a alqueire, antiga medida de capacidade equivalente a meio saco ou a 18 litros. Esta medida ainda é usada nos engenhos de farinha.

maior assim o faziam. Seu destino, em tempos de fartura, era a região adjacente à ilha, intermediados por negociantes “vindos de fora”. Alimentava o estoque de armazéns e estabelecimentos comerciais das vilas e demais localidades do continente.

Contudo, à medida que rememoram e narram acerca do passado desta localidade, misturam-se diversas temporalidades e espacialidades. Em suas representações, contemplam-se *Quilombos* múltiplos e distintos. Por vezes, ao mesmo tempo em que evidenciam um Quilombo potencialmente produtor de café, os relatos de memória reportam-se também a um outro, em transformação. São representações que gravitam ao redor de um Quilombo ainda campestre, mas em processo de modificação no que tange ao decréscimo da importância da produção cafeeira.

Neste particular, certos momentos das enunciações fizeram alusão a um Quilombo no qual a produtividade do café era baixa. Devido a este motivo, os donos de comércio locais é que se tornaram os intermediários nas transações: compravam o café diretamente dos produtores, estocavam em seus armazéns até atingir uma quantidade satisfatória e repassavam aos grandes comerciantes, os “comerciantes mais fortes”. Os comerciantes intermediários de café rememorados foram Alexandre Eusébio Jacinto e o “seu Badinho”, o que nos faz crer serem os mais importantes e representativos. Manoel da Silva dimensionou como se tramitava a sua relação com seu Alexandre:

Lá embaixo, perto do cemitério, tem uma venda lá, que era do seu Alexandre [Eusébio Jacinto]. Então nós fazíamos assim: comprava tudo fiado na venda, tudo fiado na venda, o ano todo. Aí a gente tirava o café, apanhava o café, secava o café e entregava pelo valor da dívida, que agente comprava lá o ano todo. Nunca ninguém viu o dinheiro do café, só na venda. Só comida que nós íamos buscar. (SILVA, 2010b)

Desta forma, aos produtores garantia-se

a possibilidade de saída para a sua pequena produção e a obtenção de produtos para a sobrevivência; ao negociante intermediário, controle da circulação de mercadorias e das possibilidades de acumulação de capital a partir das práticas comerciais. Sobre a relação com o outro comerciante – “seu Badinho” - Ari rememorou:

Esse era um negociante forte, ele adiantava dinheiro também. Se eu ia lá: ‘Badinho, meu café está ruim, eu tô sem dinheiro’. Ele adiantava o dinheiro. Só que aí o camarada era obrigado a vender pra ele. Esse Badinho era negociante bom. Também tem muita coisa pra contar. (PEREIRA, 2010)

Badinho, mercador de secos e molhados e intermediário nos negócios do café, segundo nosso depoente, concedia empréstimos aos produtores quando a atividade não corria bem. Era um dos mais poderosos comerciantes da região. Com uma prática consonante com a de Alexandre Eusébio, criava com os produtores uma relação de dependência e exclusivismo comercial.

A laranja também fora destacada. “A laranja aqui, eu vou dizer pra você, era tudo amarelinho que nem gema de ovos. Você em um *instantinho* subia e levava sacos e sacos de laranja. Tudo quanto é tipo de laranja”, lembra-se dona Zelândia Peres (2010), remetendo-se à época da apanhação. Seus pés, além de fornecerem frutos, cumpriam com a tarefa de sombrear o cafezal, que disso muito necessitava. Dispunham-se, como mencionado por Várzea, entre as filas de café. As frutas eram vendidas por “pombeiros”, ou seja, vendedores ambulantes que percorriam as ruas da região central da cidade, com seus porretes abastados de provisões. O ponto alto da comercialização era o mês de julho, quando se comemorava a Festa da Santíssima Trindade e da Laranja. Os festejos, em louvor ao Espírito Santo, reuniam pessoas de diversas localidades, constituindo-se como uma importante ocasião de sociabilidades.

Barraquinhas de comidas, jogos e bebidas eram montadas nas proximidades da igreja, sendo todo o montante aos seus cofres destinado. O fruto, mote profano da festa, dava sabor à grande parte dos manjares culinários e também era vendido a granel.

A produção carbonífera vegetal também fora lembrada como importante atividade econômica desenvolvida no Morro. Árvores das mais variadas espécies, principalmente o “espinheiro”, abundante na região, eram retiradas dos matagais e florestas para sua confecção. Produzido em carvoeiras abertas no chão, o carvão era comercializado com lavadeiras da própria localidade e áreas distintas, como Córrego Grande e Santíssima Trindade. Braseados, esquentavam os ferros de passar e punham a ferver as peças de pano encardidas, junto a folhas de mamão. A lavação, aliás, era atividade recorrente às senhoras dali:

As mulheres aqui, que trabalhavam, todas elas só viviam de lavação de roupa. Elas iam pra cidade, pegava lá um freguês, trazia roupa, lavava e botava numa trouxa e botava nas costas e ia pra cidade. Não tinha ônibus, não tinha nada. Algumas levavam no “cargueiro”. Passava muito cargueiro aqui: o cavalo com dois balaies do lado. Chama-se cargueiro. (PEREIRA, 2010)

Analisando as memórias de seu Ari, é possível depreender que as lavadeiras exerciam seus labores em uma relação estreita e dependente com a *urbe*, de onde surgiam as demandas e estavam situadas famílias de maior poder aquisitivo. As relações de gênero, em todo processo laboral, se amarravam somente em certas ocasiões do transporte das roupas lavadas e engomadas para a cidade.

Mas a atividade, comumente passada de mãe para filha, era praticada e motivada por formas múltiplas. Dona Zelândia nos relata um pouco de suas experiências:

Eu lavei bastante roupa aqui, criei a minha toda família com lavação [...] Trabalhei uns 10 anos com lavação pra fora, depois que

viuvei. Eu puxava com um carrinho de ferro travado numa corda daqui até no Mercado Público. Descansava 4, 5 vezes. [...] Ia buscar lá no centro de carro de mão e trazia, levava e trazia. Saía daqui no clarear do dia, quando chegava ali duas horas eu voltava pra casa. Chegava em casa 4, 5 horas. Passava roupa até 11 horas da noite, ainda tenho o ferro, tem ali a brasa. (PERES, 2010)

A ligação de dona Zelândia com a lavação iniciou-se depois da perda de seu marido, quando teve de criar os 7 filhos sozinha. Os tempos de dificuldade, embora lembrados, foram narrados com pouca intensidade, de forma ressentida, especialmente no que se refere aos filhos, com os quais, segundo ela, pouco contato mantém atualmente. As experiências do presente vivido se incrustam nas reminiscências do passado e dão norte às suas enunciações. As vivências da “passeidade”, os tempos de luta pela sobrevivência de sua família são relatados como se não tivessem valido a pena:

Trabalhei muito, muito mesmo depois que viuvei. Fiquei com sete filhos. Sete filhos! Hoje a família não liga a gente. Eu moro ali, dei terra pra toda a família, e não vão me visitar, não vão conversar comigo. Eu não existo mais. Às vezes eu saio um pouquinho pra fora sabe. Pra arejar um pouquinho a cabeça que é ruim a gente já velho, sozinho. E agora agente não existe mais na Terra pra eles. Mas eles pagam, Deus ensina pra eles não é, meu filho? (PERES, 2010)

A produção de farinha de mandioca nos engenhos pouco fora mencionada nos relatos de nossos narradores, o que nos faz inferir ser esta uma atividade de pouca expressão no Morro do Quilombo. Contudo, sempre que lembrada, esteve associada à figura de Manoel Francisco Flor – o seu Chico Flor, como era comumente chamado – abastado proprietário de terras da região. Seu engenho situava-se em uma das reentrâncias do Morro, na fachada sudoeste, distante do local de moradia das famílias de descendentes de escravos.

Um trilho principal cortava todo o Qui-

lombo, sendo as chácaras dispostas de modo a margeá-lo. Em sua ponta extrema, no alto do Morro, estava situada a represa “Ana D’ávila”, também conhecida pela alcunha de “Valagão”. De lá, partiam os diversos cursos d’água que rumavam ao encontro do rio Itacorubi, já na região de planícies. Eram nestas cachoeiras, dispostas no curso médio dos riachos e dotadas de uma grande quantidade de pedras em seu redor, que as lavadeiras batiam as roupas da gente da cidade. Naquela represa, desde 1910, captava-se água para prover as famílias da região central da cidade. Dali, “a água era transportada por tubulações de ferro fundido de doze polegadas” que cortavam toda a região do atual bairro Santa Mônica até o “reservatório de 3.000.000 de litros situado no morro do Antão” (RAMOS, 2012), seguindo dali para o Centro. As pessoas do Quilombo, assim como os moradores do Itacorubi como um todo, se serviam das águas das cachoeiras e cursos d’água dos morros assim como de poços artesianos, este último mais comum nas áreas dispostas ao longo do rio Itacorubi.

Um território no Itacorubi

No outro extremo do caminho que recortava o Morro do Quilombo situava-se a venda do seu Zeferino Peres, proprietário de terras no Itacorubi. Ao lado de seu pequeno secos e molhados se localizava o campo de futebol e a sede do “Ferroviária Futebol Clube”, fundado e mantido por moradores do Itacorubi. Nas semanas que precediam jogos contra os outros clubes da localidade – como o Palmeiras e o Paula Ramos Junior – a movimentação de fregueses se intensificava na venda. Grandiosas discussões encadeavam-se em suas modestas dependências, tornando mais acaloradas à medida que a cachaça tomava as rédeas de seus interlocutores. Nos dias de jogos, o aglomerado de

torcedores e curiosos contribuía para atrair ainda mais a freguesia. Eram dias bons para seu Zeferino.

Contudo, os jogos de futebol dos clubes do Itacorubi, lembrados tão intensamente por seus moradores como a principal atividade masculina de lazer realizada aos finais de semana (OGAWA, 2010), nas lembranças de seu Manoel da Silva, pouco faziam parte da realidade dos habitantes do Morro: “Lá embaixo tinha os clubes, o Ferroviária, o Palmeiras. Bom, era tudo cobrado essas coisas. O pessoal do Quilombo não ia. Era só o pessoal do Itacorubi e o pessoal de fora – de Santo Antônio, Sambaqui, Agrônômica - que vinha e pronto”. E completa:

Naquele tempo não se tinha tempo pra jogar futebol, tinha que trabalhar né? A gente tinha que trabalhar de sábado, domingo, pra arrumar um trocadinho pra comprar um pão, pra comprar comida. A gente não ia nos clubes. De vez em quando a gente brincava de futebol aqui no mato mesmo. Só pra você ter uma idéia, sapato a gente usava um tamanco de madeira. As calças da gente eram tudo *arremendada*. A minha mãe cortava um pano pra *arremendar* as calças. Travesseiro era marcela, do mato. O colchão era do capim de colchão que a gente cortava pra fazer o colchão. (SILVA, 2010b)

No passado lembrado por seu Manoel, os habitantes do Quilombo não estavam incluídos nas sociabilidades que gravitavam ao redor do futebol de clube. Em seu relato, há uma evidente separação entre dois territórios e dois grupos de pessoas distintos: o “Itacorubi” e suas gentes e o “Morro do Quilombo” e suas gentes. Afinal de contas, era somente o pessoal do “Itacorubi” somado aos de “de fora” que participava; os clubes localizavam-se “lá embaixo”, num lugar distinto do seu e de sua gente. Manoel lança suas enunciações sempre circunscrevendo o coletivo: “o pessoal do Quilombo não ia”, “a gente tinha que trabalhar”, “a gente não ia nos clubes”, “a gente brincava de futebol”. Aquilo não o pertencia e igualmente a todos

do Quilombo. Neste aparte, é possível depreender que, para ele, a condição econômica dos indivíduos se constituía como importante delineador social, uma vez que aquela atividade demandava o pagamento de certa anuidade: “era tudo cobrado essas coisas”. Incitado a discorrer a respeito do tema, Manoel logo versa sobre o trabalho, realizado a duras penas, inclusive aos finais de semana, a fim de se garantir a sobrevivência. O futebol era sim praticado, mas alheio às tabelas de jogos, aos uniformes, às premiações, às torcidas e à arbitragem daquele outro. Era realizado no “mato” e não num campo. A paupéris é colocada em evidência, sendo o calçado, as vestimentas e corriqueiros objetos do dia-a-dia os exemplares destacados desta condição. Suas vivências e práticas diferenciadas imprimiram ao lugar onde vive, o Quilombo, o perfil de um território a parte, incrustado no Itacorubi.

Cada clube de futebol possuía sua respectiva sede social, onde eram organizados os bailes, outra importante ocasião de sociabilidades rememorada pelos depoentes. A sede do Palmeiras Futebol Clube, por exemplo, acolhia os bailes mais “badalados” do Itacorubi. Ali, gaiteiros, pandeiros e violeiros combinavam seus instrumentos em ritmo e melodia e punham os casais a dançar. Os desacompanhados a conversar e a observar. As desacompanhadas, a prostrar-se nas beiras do salão. Ao mesmo tempo, um encontro de gerações: mães, avós e netas.

Os encontros dançantes não se restringiam aos clubes. Grande parte deles ocorria em residências particulares. Vítor Miguel de Souza, por exemplo, personagem conhecido no bairro por ter doado parte de seu terreno para a construção de uma escola, era um dos que cediam espaço para sua realização. Normalmente, “o dono da casa botava cachaça com limão pra vender e refrigerante (...) Então fazia suas festas ali. Não tinha perigo, não tinha briga mesmo”, recorda Cecílio Manoel

Feliciano (2010).

No entanto, ainda segundo as lembranças de seu Manoel, tais festejos, realizados no Itacorubi, também escapavam à participação e integração por parte dos sujeitos do Quilombo:

Nos bailes dos clubes lá embaixo a gente não ia. Também era cobrado. Era mais pessoal do Itacorubi e de fora. Aqui, quem organizava os bailes era o seu Mingote, que tocava gaita. O filho dele, falecido Fidel tocava violão. Então só era gaita e violão naquele tempo. Na casa deles mesmos que faziam o baile. E outra coisa, não era cobrado nada. Era tudo de graça. Não se pagava nada pra dançar. Era só pra passar o tempo. (SILVA, 2010b)

No trato dos bailes de clube, também afloram lembranças marcadas pela cisão social. Para seu Manoel, estes eram tangíveis somente a “eles” (moradores do Itacorubi) e não a “nós”, a “gente” (moradores do Quilombo). A territorialização social estava expressa nas experiências do cotidiano, nas atitudes e relações do dia-a-dia. Por mais que seus limites fossem móveis e incertos – como se trabalhará adiante – ela estava presente e dirigia a atuação dos sujeitos envolvidos. Marcado por tensões e resistências, tal processo aflorou contundentemente nas reminiscências de Manoel quando rememorou acerca das sociabilidades que se entremeavam na localidade, justamente quando as relações atingiam elevado grau de tensionamento. E à medida que se revelam os cortes e diferenciações, emergem-se as resistências que, praticadas, traçaram a construção de um território próprio, no qual estavam impressos códigos que lhe eram e são pertencentes, como a realização de bailes “gratuitos”, dotados de poucos instrumentos musicais e realizados somente para “passar o tempo”.

Morador do Itacorubi, Cecílio Manoel Feliciano nos fornece um relato que vai ao encontro de nossas inferências, muito embora deixe aparente a questão étnico-racial no citado processo de territorialização social:

Geralmente os pretos era mais dividido pra lá [aponta para o Morro do Quilombo]. Antigamente tinha os bailes assim: baile de preto não dançava branco, no de branco não dançava preto. Não tinha. Na Lagoa da Conceição tinha duas casas, um salão grande, um lado tinha baile de preto e um lado tinha baile de branco. Eram dois bailes. Preto dançava lá, branco dançava cá. Se o branco fosse lá o preto não deixava entrar. Se o preto tivesse lá o branco não deixava entrar. Era tudo dividido. Acontecia aqui também. Aí eles faziam baile na casa deles mesmo. Na casa dos outro. Nego pega uma lata velha, um pedaço de pau e já faz uma batucada. A batucada é de preto. Faziam o baile de aniversário, pegavam aquelas pombocas, antigamente não tinha luz elétrica. Era só o lampião, quem tinha, ou então aquelas pombocas, amarrava, faziam o baile e se divertiam. Faziam a festa deles. E o branco fazia a mesma coisa também. Em casa particular bem antigo. Lá como falei pra ti, tinha essa casa do Vitor Miguel de Souza, o lugar onde era a casa dele lá, a sala dele era grande. La fazia baile todo domingo à tarde. Só branco né? Mas todo domingo à tarde. O pessoal do morro não ia em clube porque quase não tinha clube mesmo. (FELICIANO, 2010)

Nas representações de Cecílio, as dicotomias “nós x eles” e “lá x cá” também aparecem com ênfase. Desvelam experiências com a alteridade marcadas por relações de poder, tensões e disputas. Mapeiam fronteiras territoriais. As diferentes representações, construídas e reelaboradas em lugares sociais distintos, empreendem um “campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, no que Chartier (1990, apud PARANHOS, 2003, p.110), caracterizaria como “lutas de representações”.

Valdir Francelino Vieira, igualmente morador do Itacorubi, constantemente transitava através destas fronteiras nos momentos festivos. O modo como suas memórias foram organizadas e relatadas aventam a presença destes limites territoriais. Todavia, nosso *narrador* relativiza sua tenacidade:

Nós fomos dançar no bailes de preto, no Quilombo. Era o pai, dois filhos e um branco, que tocava pandeiro. O pai tocava gaita de pon-

ta, o filho tocava violão, o falecido Doca também tocava cavaco-banjo. Aí chegava meia noite parava. Corria o chapéu e dávamos o que podíamos para comprar pó de café, comprar açúcar, broa, bolacha e biscoito. Aí depois comprava uns 10 litros de cachaça. Ali sempre tinha baile. Cada casa tinha um apelido. Era o “Pau da bananeira”, “Casa do Pedra Bricó”, a outra era lá na Jaqueira. Ah, hoje vai ter baile ali na Jaqueira! Entendesse? (VIEIRA, 2010)

Valdir, em seu relato, nos traça uma dimensão detalhada de como se desenrolavam os “bailes de pretos” no Quilombo. O conhecimento nominal dos instrumentistas e das “casas de baile”, das comidas e bebidas servidas e degustadas, e da maneira como era levantado capital para obtê-las, propõem afetividade e inserção em relação aos sujeitos que compunham aquele outro território, mesmo habitando o núcleo de povoamento do Itacorubi. Contudo, o acesso desimpedido de Valdir nestas ocasiões amarrava-se a um determinado contexto, o qual explicita:

Pra dançar no baile de preto, o branco era considerado amigo dele. Então entrava e dançava. Eu sempre fui amigo de todo mundo. Eu nunca tive bronca com ninguém. Todo mundo gostava de mim. Fazia amizade, fazia tudo. (VIEIRA, 2010)

O ingresso de Valdir as sociabilidades intrínsecas ao Quilombo está ligada a boa relação que estabelecia com seus habitantes. Havia, portanto, o estabelecimento de condições, requisitos para tal. E o fluxo parece estar correlacionado a uma via de mão única, como bem nos coloca *Ciro Rodrigues Feijó*, igualmente morador do Itacorubi:

Ali [no Quilombo] tinha muita gente conhecida minha. Tinha o seu Mingote. Morava lá. Fazia baile também, numa casa de estuque. Eu ia lá, era muito bom. Eles convidavam eu ia. O pessoal não brigava, nada. Agora, os pretos não vinham pra cá. Era difícil vir. (FEIJÓ, 2010)

O caso de seu *Ciro* é bem parecido com o de Valdir. A amizade que havia estabelecido

com alguns “pretos” do Quilombo permitia seu acesso aos bailes de seu Mingote, mediante convite. A transgressão das fronteiras nas ocasiões de bailes não eram comuns, como se pode notar através dos relatos, uma vez que estas eram oportunidades de afirmação da identidade étnico-territorial. Os “pretos” moradores do Quilombo se encontravam em uma situação de exclusão em relação aos jogos de futebol em clubes e aos bailes em sedes sociais, mas, ao mesmo tempo, praticavam suas próprias experiências e vivências similares, as quais podem ser lidas como “resistências” neste pano de fundo conflituoso e marcado por tensões.

Não obstante, ao narrarem acerca das experiências coletivas mais diversas, singelas e corriqueiras, os depoentes lançam bases para a compreensão de quão fluidas se constituíam tais fronteiras. A passagem, afora em certos momentos de sociabilidades, ocorria sem maiores choques ou altercações. Manoel da Silva nos apresentou o caso das relações estabelecidas com os donos de venda do Itacorubi, intermediários nos negócios do café, inclusive com a compra a fiado, “no caderno”. Segundo Castells e Guimarães (2007, p.82), esta prática, que se configura em uma forma de crédito, se calca na experiência e nas relações sociais estabelecidas cotidianamente, dependendo “da subjetividade dos envolvidos que agem de acordo com as possibilidades”. O que se pretende aqui explicar é que na esteira das territorializações étnico-raciais estabelecidas corriam desencontros – como tratado anteriormente - mas também encontros sociais. Pelo lado do Itacorubi, o próprio Ciro nos dimensiona:

A gente saía daqui pra vender peixe lá em cima do morro. A gente saía daqui com carinho de mão e ia lá em cima vender peixe. A gente buzinava. Tinha uma buzininha. E ia vende peixe lá pra cima. Vendia pescadinha, tainhota, bagre, curvinota. Vendia camarão que nós matávamos aqui embaixo. E saía vendendo. Às vezes sozinho eu. Meu irmão. Ia só até o Morro do Quilombo só, dali pra cá

voltava. A gente tinha freguesia lá né? Vendia muito peixe lá ô! (FEIJÓ, 2010)

E também, remetendo-se ao tempo de sua infância, dona Elizete Maria Nunes (2010): “Eu, de escola, tive três amigas tudo pretinha do Quilombo. Era minha amiga mesmo. A escola era bem aqui na frente naquela época”.

Segundo Maria (1997), a formação e consolidação dos territórios tidos como “negros” no meio urbano em Florianópolis entre as décadas de 1930 e 1940, estava relacionada à presença e circularidade de negros em determinada área, os quais imprimiam, através de suas manifestações, marcas simbólicas que o configuravam como tal. Desta forma, os espaços passavam a ser “percebidos como espaços de negros”. Suas marcas estavam “além da presença física e temporal, pois as impressões deixadas pelos sujeitos históricos se constituem simbolicamente”. Ora, em ambos os territórios em questão – o Itacorubi e o Quilombo – seus componentes projetavam valores que serviam como “medidas culturais”, através das quais os grupos sociais encontravam-se refletidos. As questões dos bailes e do futebol, com suas ausências/presenças instituídas, são emblemáticas neste sentido. No campo de forças que se desenha, impõem-se condições-limite quanto à alteridade. Nesta teia de relações sociais, poderes disputam hegemonia. Muitas vezes a vontade de reforço do simbolismo territorial é utilizada pelo poder que se institui como instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder.

Um enclave que permanece

Com a urbanização e expansão da cidade provenientes da ação conjunta entre poder público e os grupos sociais dominantes, houve como implicação a valorização do solo e a especulação imobiliária. O Quilombo pas-

sou a concentrar moradores de baixa renda e com a acentuação dos desníveis sociais, se evidenciou toda uma materialidade das condições do espaço (habitações de madeira, ruas apertadas, terrenos baldios e sujos, fios elétricos irregulares) e também problemas sociais (tráfico de drogas, falta de saneamento e fornecimento de água precário, violência) que acabaram também por orientar o processo de construção das diferentes representações por parte de seus moradores, assim como os do Itacorubi.

Segundo Pesavento (2001), determinado território é percebido de múltiplas formas por seus diferentes habitantes e a questão deste se constituir como espaço valorizado ou marginalizado depende da atribuição de valores que lhe é designado, além dos usos que a sociedade faz dele e das transformações estéticas, morais, sanitárias e técnicas pelas quais a cidade passa.

A autora infere que tal percepção estaria assentada sobre um “paradigma societal” (2001, p.8), ou seja, uma construção historicamente realizada pautada na generalização das formas de agir e pensar, percebidas como naturais e que acabam por consagrar a visualização da diferença, legitimando, desta forma, um processo de exclusão.

Diante deste “núcleo identitário”, há aqueles que são rejeitados, negados, estigmatizados: “a sociedade normatiza e auto-sanciona os valores que regem a vida cidadã e exclui, rejeita, ignora, maltrata ou destrói aqueles que não aceita ou que não se enquadram dentro das regras estabelecidas” (2001, p.22). São os sujos, doentes e criminosos. O centro pulsante deste processo de divisão tem como base tanto aspectos econômicos (a não participação nos grupos produtores de riqueza), como sociais (o desejo de higienização social) e culturais. Assim, para a cura e glorificação da cidade burguesa, estes “ausentes da história, ausentes da memória, os invisíveis do espaço urbano” devem ser subjugados.

Sob o ponto de vista do cidadão que preside a ocupação formal do Itacorubi, o Quilombo hoje se configura como um enclave, um mau lugar, sujo, antro de sociabilidades condenáveis e criminosos, um recanto do narcotráfico. Seu Aurino, por exemplo, em seu relato destaca o crescimento da violência social no Morro do Quilombo nos dias atuais:

No Quilombo moravam 4, 5 pessoas. Hoje tá cheio. Quem vai lá em cima hoje? Tem uma estrada de terra ali que tu vai, é capaz até de eles matarem o fulano. Está uma *imundiçada* aquilo ali. É tudo gente de fora que vem. Não é gente daqui. Vai lá, pega um pedaço de madeira bota ali e pronto, daí ninguém tira mais. Antigamente não tinha não. Não tinha essa porcaria não, não tinha nada. (LACERDA, 2010)

Para seu Aurino é imperativo o contexto de violência no Quilombo de hoje. Há uma correspondência deste panorama com a vinda de “gente de fora”. Em sua linha de raciocínio, quando a localidade preservava-se às “4, 5 pessoas” que ali habitavam, esse tipo de coisa ou não acontecia ou não era recorrente. Sobre as pessoas externas que se estabeleceram, não existem estudos acadêmicos e os levantamentos oficiais são escassos. O já citado relatório de Perfis de áreas carentes de Florianópolis nos fornece pistas a seu respeito: em 1992, a maioria das 85 famílias estabelecidas era “oriunda do interior do Estado [de Santa Catarina], principalmente da região do planalto serrano”, existindo também famílias do “Paraná e uma do Nordeste”.

Narrando sobre o Quilombo, seu Cecílio nos legou:

O Morro do Quilombo antigamente era chácara de laranja, não tinha mais de 10, 15 casas. Até hoje a gente tem medo de falar porque está essa miséria de droga. Se isso vai sair pro radio, não vai sair nada disso né? Antigamente o Morro do Quilombo era família, era até família de preto. Os pretos mais que moravam no Quilombo. Mas era tudo gente boa, família respeitada. Era um lugar maravilhoso de passar, não tinha perigo, não tinha

nada. Era um lugar respeitado. A gente entrava na rua, ali tinha uma picada, passava por dentro do rio, pisando pedra em pedra, ia de um lado pro outro. Hoje tá difícil. De vez em quando tem gente morrendo lá pra cima, baleado. Vem muita gente de fora. Esta entrevista não vai sair no rádio não né? A gente tem medo de falar porque... Antes você saía, podia ir, hoje se você morar lá em cima, duas horas da manhã, se fosse chamar um táxi ele nem vai querer subir. Dizer que é lá ele não sobe. Tem família boa. Como tinha e como tem ainda. Mas perdeu o valor. Até o pé de jaca pra baixo, ali ainda é mais favorável. Mas tem aquela meia dúzia de caca no meio. Aí perde o valor né. Perde o valor, perde o respeito. A comunidade fica preocupada com o que está acontecendo. De vez em quando estão matando um. (FELICIANO, 2010)

À medida que foi versando, Cecílio mediu muito bem as palavras, escolheu-as criteriosamente e, de maneira extremamente desconfortante e receosa, traçou sua leitura acerca do Quilombo. Delegou a condição atual do Morro, a perda de seu “valor”, assim como o fez Aurino, aos vindos de fora. Segundo Elias & Scotson (2000, p.22), existem certas “constantes estruturais” nas relações entre um grupo estabelecido desde longa data em uma localidade (os “estabelecidos”) e grupos mais novos de residentes (os “outsiders”). Uma delas é a atribuição, ao segundo grupo, de características “negativizadas”, somada a recusa em se manter qualquer contato social com eles, com exceção ao exigido por suas atividades profissionais. Através da análise dos relatos é possível observar a presença incisiva deste discurso. A associação entre todas as mazelas enfrentadas pelo Quilombo nos dias de hoje e os vindos de fora é manifesta. Trata-se da “imundiçada”, da “meia dúzia de caca” que, ao se estabelecer, trouxe consigo a ameaça, o rompimento de valores, o rebaixamento de status. Deste coletivo de pessoas são excluídos, no entanto, os antigos moradores do Quilombo, as “famílias de pretos”. Ao enunciar acerca da situação do Quilombo atual, a presença dos “pretos” é positivada. Portanto,

o corpo que sustenta e motiva a fixação das fronteiras territoriais atuais guarda relações de aproximação com as antigas, muito embora seja relativizada a questão racial. Assim, podemos observar que a diversidade de representações dos moradores do Itacorubi em relação ao Quilombo é inúmera e a escolha de uma em detrimento da outra se relaciona às motivações pelas quais são expressas.

Neste quesito, as representações dos próprios moradores antigos do Quilombo parecem convergir para o mesmo núcleo. Afinal de contas, juntos com os antigos do Itacorubi, atravessaram e atravessam um processo de âmbito grupal, que “lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.38). Seu Manoel, por exemplo, nos fornece seu parecer:

Dali pra cima, ali tem lageano, tem paranaense, credo. Meu deus do céu. Tudo quanto é tipo de gente mora lá em cima. E a luz, pode olhar, a maioria da luz é tudo “gato”. Só piorou. Porque de primeiro, a gente dormia com a porta aberta, hoje não dá mais pra dormir que eles invadem tudo. Não pode bobear que eles levam tudo. No caminho da repressão ali está uma bagunça desgraçada. (SILVA, 2010b)

Para seu Manoel, a vinda de novos moradores acarretou em desorganização e situações de risco, como roubos e assaltos. Imprimiu mudanças no cotidiano e a necessidade de trancar portas das casas se tornou um novo hábito para se manter a segurança. Tais pessoas seriam, ainda, em uma visão generalizante, responsáveis pelo cometimento de ações ilícitas, como a utilização ilegal da rede de fornecimento de energia elétrica.

O processo de modernização do Itacorubi, como uma onda irreversível, chegou de maneira fulminante e atingiu seus habitantes, sejam eles das encostas ou das planícies. Colocou-os diante de novas e diferentes vicissitudes, levadas a cabo por pessoas alheias as suas. Pontilhou novas linhas sobre as já exis-

tentes, apartando ainda mais relações sociais, que se tornam cada vez mais impessoais. A cidade, à medida que se urbaniza, desumaniza os espaços que o compõe.

Considerações finais

A pretensão de projetar o Itacorubi como o centro administrativo agropecuário de Santa Catarina concretizava-se, por fim, em meados da década de 1980, com a transferência da Secretaria da Agricultura para a localidade. O sonho de Glauco Olinger, então assessor de agricultura do Plano de Metas na gestão Celso Ramos (1961-65) e grande idealizador deste projeto, enfim se materializava. Em decorrência das transformações urbanas empreendidas com a vinda destas e de outras repartições públicas do Estado de Santa Catarina e da União, assim como de novos moradores, um novo Itacorubi se erigiu, com vias rápidas de acesso, praças, edificações e residências. Circulando por suas ruas e calçadas, pessoas vindas das mais diversas localidades e veículos automotores em um fluxo contínuo. O Quilombo, de maneira análoga, experimentou as transformações em sua plasticidade e cotidiano. Os benefícios de tal processo foram sendo sentidos por sua população de forma cadenciada, e sempre além de seus limites territoriais que, apesar de invisíveis, podiam e podem ser imaginados e sentidos.

Em meio a estes espaços pouco aprazíveis ao sentido da vista, camuflam-se pessoas ordinárias, participantes e leitores das transformações, “testemunhos vivos do passado” (FLORES, 1997, p.144) com os quais, no intuito de compreender a dimensão e os impactos deste processo, busquei estabelecer uma relação de diálogo.

Adentrando no campo embebido de subjetividades da memória, foi preciso estar atento ao debate acerca dos aspectos

teórico-metodológicos que gravitam ao redor dos usos e tratamentos em relação aos depoimentos orais de memória. Antes de tudo, a compreensão de que esta última não se constitui como registro mecânico e automático de uma experiência vivida, mas sim como elaboração, como uma construção a respeito do vivido, em que se fragmentam temporalidades e espacialidades, delineadas segundo os eventos mais significativos e representativos para o indivíduo que rememora.

Foi preciso, ainda, estar atento a uma abordagem que busca problematizar a memória por não considerá-la como uma representação absoluta e definitivamente fidedigna, uma “janela aberta para o passado”, pois o ato de lembrar envolve procedimentos conscientes e inconscientes de seleção, em que são realizados recortes e instituídos silêncios, sendo muito do que é desgostoso ou doloroso remetido ao esquecimento (FALCÃO, 2009). Afinal, ficou bastante evidente uma operação da memória que, trazendo à tona recordações nostálgicas do Quilombo, como as sociabilidades que ali existiam, os bailes residenciais, a produção cafeeira, os pomares, as criações de animais, as lavadeiras e o carvão, além da presença de escravos fugitivos, simultaneamente desenhava um quadro negativizado do lugar, estigmatizando seus componentes, delegando-os a sujidade e a criminalidade, em relações eminentes de poder.

Seja como for, qualificando as experiências dos antigos moradores, as situações vividas e singulares, me orientei pelo que Pablo Pozzi (2009, p.91) denominaria uma maneira de se fazer uma “boa história”, ou seja, “una forma que, a partir de experiencias individuales, puede un ser humano común sentirse reflejado, aprender de las experiencias y que le sirva para repensar su propia realidad”. Nesta perspectiva, busquei creditar aos antigos moradores, como aos tantos outros que

neste pedaço de chão habitam, significação histórica, historicidade, propiciando certa visibilidade do local, o qual considerava, antes da pesquisa, e continuo agora a considerar, como “esquecido” pela historiografia local e “despercebido” por grande parcela da população residente na cidade, a não ser por meio da mídia sensacionalista que apregoa os valores das classes dominantes.

Comprometido com a produção do conhecimento histórico embasado, reflexivo, alicerçado nas demandas da sociedade, o que me parece indispensável para uma instituição pública de ensino superior como a que me exige este trabalho de conclusão de curso, esforcei-me para elaborar um trabalho que fosse também uma homenagem a este lugar em que fixei residência durante certo tempo e que aprendi a gostar e respeitar.

FONTES ORAIS

COSTA, Maurisia Entelvina. 61 anos. **Itacorubi**: fazendo história na sala de aula. Florianópolis: SME, 2003. 121p.

FEIJÓ, Ciro Rodrigues. Aposentado. 72 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 3 de março de 2010.

FELICIANO, Cecílio Manoel. Aposentado. 69 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 1º de fevereiro e 15 de abril de 2010.

FERREIRA, Orlando. Aposentado. 77 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 3 de março de 2010.

LACERDA, Aurino Silveira. Aposentado. 76 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 3 de fevereiro e 4 de março de 2010.

NUNES, Elizete Maria. Aposentada. 75 anos.

Entrevista concedida a André Eitti Ogawa. Florianópolis, 18 de dezembro de 2009 e 3 de março de 2010.

PEREIRA, Ari. Aposentado 84 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 14 de março de 2010.

PERES, Zelândia Pereira. Aposentada. 71 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 14 de março de 2010.

PIRES, Donato. Aposentado. 73 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 8 de fevereiro de 2010.

PIRES, Jeulma. Aposentada. 71 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 8 de fevereiro de 2010a.

VIEIRA, Valdir Francelino. Aposentado. 75 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 8 de fevereiro e 6 de março de 2010.

SILVA, Ida Maria da. Aposentada. 78 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 17 de abril de 2010.

SILVA, Manoel da. Aposentado. 67 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 8 de março de 2010a.

TEIXEIRA, Maria. Aposentada. 60 anos. **Entrevista concedida a André Eitti Ogawa**. Florianópolis, 3 de março de 2010.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol. III**. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. 2a Ed. São Paulo. Brasiliense. 1991.

CASTELLS, Alicia N. Gonzáles; GUIMARÃES,

- Ana C. Rodrigues. Pinceladas sobre as práticas comerciais em um bairro popular de Florianópolis. In: **Cuadernos de Antropología Social**. 2007, n° 26, pp. 69–86,
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, Carlito. A preservação da tradição. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, p.8, 6 jul. 2003
- DORNELES, Lia Mara Pereira. **Um estudo sobre a transformação espacial de um lugar: o caso da Servidão Enedina Pacheco Jacinto**. Florianópolis: UDESC, 2003. 122 f. (Monografia de Especialização em Meio Ambiente e Legislação Ambiental).
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- EM ITACORUBI, falta quase tudo. **Jornal O Estado**, Florianópolis, 3 mai. 1981
- FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- FALCÃO, Luiz Felipe. Da cidade, seus usos e sentidos. In: DUARTE, Geni Rosa Duarte; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson (org.), **Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teórico-metodológicos**. Marechal Candido Rondon: Edunioeste, 2009, 11-40p.
- FREIRE, Ana Lúcia. **Itacorubi: fazendo história na sala de aula**. Florianópolis: SME, 2003
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos e ficções**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- INSTITUTO de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Aerolevantamentos (1957, 1977)**. Florianópolis.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004
- LOPES, Luiz Henrique; LOCH, Carlos; SILVEIRA, Ronaldo Gomes. **Monitoramento da ocupação do espaço urbano em áreas de preservação permanente: um estudo de caso**. Florianópolis: Anais do VII SBSR, 1993.
- MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MARTINS, Celso. Itacorubi já foi próspera área rural. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, p.5, 26 mai. 2002a.
- MARTINS, Celso. Morador guarda registros do quilombo. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, p.5, 6 out. 2002b.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Entrevista. In: **Saeculum**, João Pessoa, n° 18, jan/jun 2008.
- OGAWA, André Eitti. **Contemplando Itacorubis: memórias da transformação de um lugarejo na segunda metade do século XX**. Florianópolis: UDESC, 2010. (Monografia de Conclusão de Curso (graduação em História)).
- OLINGER, Glauco. Verdades históricas. **Jor-**

- nal A notícia.** Florianópolis, 8 jul 2008. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2029948.xml&template=4187.dwt&edition=10225§ion=882>. Acesso em 4/4/2010, às 14:05.
- PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. In: **HISTÓRIA**, São Paulo, 2003.
- PERFIS de áreas carentes de Florianópolis. IPUF: 1993.
- PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.8, n.16, 1995. 279-290p.
- _____. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001. 357 p
- PIAZZA, Walter F. **O escravo numa economia minifundiária.** Florianópolis: UDESC/DAPE; São Paulo: Resenha Universitária, 1975.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.5, nº10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr.1997, p.13-36.
- POZZI, Pablo A. Historia social, Historia militante: “un producto coletivo”. In: **História & Perspectivas**, Uberlândia: 2009, 81-115p.
- RAMOS. Átila Alcides. **O abastecimento de água em Florianópolis.** Disponível em <http://www.casan.com.br/index.php?sys=241>. Acesso em 27/11/12, às 10:31.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, 93-101p
- _____. Entrevista. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol.1, nº 1, 2009.
- SANTOS, Cristina Camilo dos. **O processo de urbanização da Bacia do Itacorubi:** a influência da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2003, (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil)
- SANTOS, F; SILVA, E; SILVA, J. **História, arte e cultura.** Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: **Mana**, vol.11, nº2, 577-591, out. 2005.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr.1997.
- VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha.** Florianópolis: IOESC, 1984.
- Website Linguística Catarinense: <http://linguisticacatarinense.blogspot.com>. Acesso em 8/4/2010, às 20:58.
- Website da Companhia Melhoramentos da Capital: <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/>. Acesso em 28/03/2010, às 19:25.